

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 100/2026

Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram, o **CONSÓRCIO MULTIFINALITÁRIO DO OESTE DA BAHIA - CONSÍD**, e a empresa **ITALA TAINARA DE SOUZA PEREIRA**, na forma e pelo prazo que especifica por força e observância ao que consta no Processo Administrativo nº 063/2026, Dispensa de Licitação nº 033/2026, que deu origem ao presente contrato.

O **CONSÓRCIO MULTIFINALITÁRIO DO OESTE DA BAHIA - CONSÍD**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J./MF, sob o nº 18.954.809/0001-18, neste ato representado por seu Presidente, o Senhor **José Benedito Rocha Aragão**, inscrito no RG sob nº. 514.522-SSP/MA e no CPF sob nº 207.067.153-49, doravante denominado **CONTRATANTE** e do outro lado à empresa **ITALA TAINARA DE SOUZA PEREIRA**, CNPJ nº 39.290.449/0001-77, localizada na Rua Coelho Neto, nº 325 – Bairro Santa Luzia – Barreiras - Bahia, aqui representado pelo seu Representante Legal, o Sr.^a **Itala Tainara de Souza Pereira**, portador do CPF nº 066.360.745-07 e Carteira de Habilitação nº 07886654614 DETRAN-BA, residente e domiciliado em Salvador - Bahia, de agora em diante denominada **CONTRATADA**, com base nas disposições da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo, mediante as cláusulas e condições seguintes.

As partes acima identificadas têm, entre si, justas e acertadas o presente Contrato Administrativo, considerando os expedientes constantes do Processo Administrativo nº 063/2026 e Dispensa de Licitação nº 033/2026, no qual se justifica a Dispensa de procedimento licitatório, com fulcro no Artigo 75, Inciso II, da Lei Federal nº. 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, atualizado pelo Decreto Federal Nº 12.807/2025, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente contrato, a Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ou utilizados pelo Consórcio Multifinalitário do Oeste da Bahia – CONSÍD, abrangendo serviços mecânicos, elétricos, hidráulicos e pneumáticos, incluindo diagnóstico, revisão, reparos, regulagens, troca de óleos, filtros, correias, tensores, buchas, mangueiras e demais componentes necessários ao adequado funcionamento e conservação da frota;

1.2. A Proposta de Preços apresentada pela contratada e o Termo de Referência são partes integrantes deste Contrato Administrativo;

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1. Os Serviços deverão ser prestados após a assinatura do contrato Administrativo e conforme as demandas do Consórcio Multifinalitário do Oeste da Bahia – CONSÍD;

2.2. A CONTRATADA fornecerá toda a mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais e insumos necessários à perfeita execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos trabalhos realizados.;

2.3. A Execução será de acordo as orientações da Administração, juntamente com o setor de Licitações do Consid e tudo em conformidade aos serviços apresentados na Proposta de Preços;

2.4. A Contratada é o responsável exclusivo, cível e criminalmente, por eventuais danos que venha a causar ao Consid;

2.5. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por representante designado pelo CONTRATANTE, que poderá solicitar adequações, correções ou complementações necessárias ao fiel cumprimento do objeto contratado.

2.6. Os serviços serão considerados recebidos após vistoria e atesto da fiscalização do CONTRATANTE, mediante verificação da conformidade com as especificações contratuais e a plena execução do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1. Pela prestação de serviços do objeto deste contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de **R\$: 38.720,00 (trinta e oito mil, setecentos e vinte reais)**, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição de Serviços/Materiais	Unid.	Qtde.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	Troca de óleo e filtros	Serv.	20	175,00	3.500,00
2	Revisão do sistema de arrefecimento	Serv.	20	125,00	2.500,00
3	Diagnostico de falha de motor	Serv.	10	150,00	1.500,00
4	Regulagem de válvulas	Serv.	20	125,00	2.500,00
5	Troca de correias e tensores	Serv.	30	114,00	3.420,00
6	Reparo do sistema de combustível	Serv.	10	100,00	1.000,00
7	Revisão do sistema de freios	Serv.	10	150,00	1.500,00
8	Reparo de válvulas pneumáticas	Serv.	10	190,00	1.900,00
9	Revisão de suspensão	Serv.	10	150,00	1.500,00
10	Troca de buchas e componentes	Serv.	10	180,00	1.800,00
11	Troca de óleo de cambio	Serv.	20	100,00	2.000,00
12	Reparo do cambio	Serv.	10	150,00	1.500,00
13	Reparo do diferencial	Serv.	10	200,00	2.000,00
14	Troca de óleo hidráulico	Serv.	20	125,00	2.500,00
15	Reparo da bomba hidráulica	Serv.	15	180,00	2.700,00
16	Troca de mangueiras	Serv.	20	90,00	1.800,00
17	Reparo de válvulas hidráulicas	Serv.	10	150,00	1.500,00
18	Diagnostico elétrico	Serv.	10	160,00	1.600,00
19	Leitura de código de falha	Serv.	10	200,00	2.000,00
Valor Total					38.720,00

§ 2º - Nos preços ofertados já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

Parágrafo Primeiro: O pagamento será efetuado de forma parcelada até 30 (trinta) dias, a partir da entrega da nota fiscal/fatura, especificando o objeto do contrato, com as respectivas quantidades, devidamente certificado pelo fiscal do instrumento, acompanhada das Certidões Negativas de Débitos válidas na data da Nota Fiscal. Caso a contratada não apresente as certidões negativas de débitos válidas junto a Nota Fiscal, a contratante não reterá o pagamento, porém estará sujeita a aplicar sanções à contratada por estar deixando de cumprir os requisitos de habilitação da Presente Dispensa de Licitação.

Parágrafo Segundo: Em caso de irregularidade(s) na execução, o prazo de pagamento será contado a partir da correspondente regularização.

Parágrafo Terceiro: Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo Quarto: Junto Nota Fiscal, a contratada deverá para fins de Pagamento apresentar as Certidões Negativas de Débitos.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS:

4.1. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, sendo de **03 de setembro de 2026**, até **03/09/2027**;

4.2. Este prazo poderá ser prorrogado, a critério da unidade administrativa solicitante, mantidos todos os direitos, obrigações e responsabilidades. A prorrogação essa que deverá ser devidamente justificada e instrumentalizada pôr Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

5.1. As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária para o exercício financeiro de 2026, conforme a seguir:

UNIDADE: 1	Fonte	CONSORCIO PUBLICO
PROJ/ATIV: 15.451.1.2.003	880	Gestão das Ações de Infraestrutura e Serviços
PROJ/ATIV: 4.122.1.2.002	880	Gestão das ações Administrativa
ELEMENTO: 3.3.9.0.39.00		Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES

6.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA poderá ensejar a aplicação das sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

6.2. Poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de até 10% (Dez por cento) sobre o valor do contrato, sem prejuízo de perdas e danos e da multa moratória cabíveis;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) Multa de mora de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado na execução dos serviços, limitada a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- b) Multa compensatória de até 10% (dez por cento) do valor total do contrato, em caso de inexecução total ou parcial do objeto.

6.4. As multas aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA ou cobradas administrativamente ou judicialmente.

6.5. A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados ao CONTRATANTE.

6.6. As sanções serão aplicadas mediante regular processo administrativo, observando-se os princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:

7.1. O presente Contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 8.1. Entregar o objeto solicitado no prazo estipulado neste.
- 8.2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Processo, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 8.3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Processo e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 8.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor;
- 8.5. Refazer, corrigir, reparar ou substituir, contado da notificação da fiscalização, quaisquer serviços executados em desacordo com o contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 8.6. Responder perante ao Consid e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão na entrega do objeto de sua responsabilidade ou por erro seu, em qualquer item deste Contrato.
- 8.7. Não transferir em hipótese algum este instrumento contratual a terceiros;
- 8.8. Prestar esclarecimentos ao Consid sobre eventuais atos ou fatos notificados que envolvam a empresa, independentemente de solicitação;
- 8.9. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, a social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço.
- 8.10. Atender todas as legislações vigentes com relação ao objeto do contrato, devendo ser aplicados eventuais legislações novas que venham a modificar os procedimentos.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 9.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução da prestação do serviço, prestar informações e esclarecimentos necessários à execução do objeto que venham a ser solicitados por representante legal ou preposto da CONTRATADA;
- 9.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço a ser prestado perante as especificações constantes do TR e da Proposta Comercial, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.3. Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto, de forma a verificar a sua perfeita execução;
- 9.4. Notificar formalmente a CONTRATADA por ocorrências de eventuais imperfeições no curso da execução do fornecimento, fixando prazo para a sua correção;
- 9.5. Aplicar as penalidades por descumprimento de obrigações pactuadas neste Termo de Referência e demais anexos;
- 9.6. Efetuar o pagamento do fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no contrato a ser assinado entre as partes;
- 9.7. Sustar, no todo ou em parte, a execução da prestação do serviço, sempre que a medida for considerada necessária;
- 9.8. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TR, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES:

- 10.1. O presente contrato poderá ser alterado em conformidade com o disposto na Lei Federal Nº 14.133/2021;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO:

- 11.1. A execução do presente contrato será fiscalizada pela Senhora **Ana Marta Gonzaga dos Santos Moreno, designada pela Portaria nº 001/2026.**
- 11.2. A fiscalização do objeto será exercida pela CONTRATANTE, na forma que lhe convier;
- 11.3. A CONTRATADA sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da unidade competente;
- 11.4. Caberá ao servidor designado exercer a fiscalização do presente contrato, e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia encaminhada à CONTRATADA, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas;
- 11.5. A presença da fiscalização não elide nem diminui a responsabilidade da empresa CONTRATADA;
- 11.6. A fiscalização das especificações para execução dos serviços será exercida por representante legal da CONTRATANTE, neste ato denominado FISCAL DE CONTRATO, devidamente designado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - MEDIDAS ACAUTELADORAS:

- 12.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO:

- 13.1. Será reajustado o contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta;
- 13.2. O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da CONTRATADA com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante a formalização do correspondente Termo de Aditamento;
- 13.3. As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 14.1. Serão partes integrantes deste contrato:
- a) Proposta de Preços da CONTRATADA;
 - b) Autos do Processo Administrativo nº 063/2026 e Dispensa de Licitação Nº 033/2026.
- 14.2. Toda e qualquer comunicação, entre as partes, será sempre feita por escrito, devendo as correspondências encaminhadas pela CONTRATADA serem protocoladas, pois só dessa forma produzirão efeito;
- 14.3. Aos casos não previstos neste instrumento, aplicar-se-ão os dispositivos estabelecidos na Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO:

- 15.1. A CONTRATANTE deverá fornecer o objeto contratado de acordo com as presentes cláusulas contratual, especificações e recomendações do Termo de Referência insertos nos autos do Processo Administrativo nº 063/2026, que culminou na Dispensa de Licitação nº 033/2026;
- 15.2. O regime de execução será empreitada por Preço Global.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

16.1. O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº. 14.133/2021 e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos, as disposições de Direito Privado, a Lei Orgânica e demais normas aplicáveis.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO:

17.1. O CONTRATANTE providenciará a divulgação do presente Contrato e dos atos decorrentes da contratação, quando exigível, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, observando as disposições da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO:

As partes elegem o Foro da Comarca de Barreiras – BA, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, nos termos da legislação vigente e específica para isso, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que subscrevem depois de lido e achadas conforme.

Barreiras– Bahia, 03 de setembro de 2026.

CONSÓRCIO MULTIFINALITÁRIO DO OESTE DA BAHIA - CONSÍD

José Benedito Rocha Aragão

Contratante

ITALA TAINARA DE SOUZA PEREIRA

Itala Tainara de Souza Pereira

Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF: